

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM UMA FUNDAÇÃO CATÓLICA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E TENDÊNCIAS ATUAIS EM UM CENÁRIO DESAFIANTE

Thacyana Karla de Araújo Ferreira¹

Fernanda Maria de Vasconcelos Medeiros²

RESUMO

O presente trabalho traz breves reflexões sobre a atuação do assistente social no espaço socio-ocupacional das ditas organizações privadas não lucrativas, adentrando na particularidade de uma Fundação Católica que atua com crianças e adolescentes em um bairro da periferia de Fortaleza/CE. Tais considerações são necessárias para apreender a conjuntura neoliberal e os desafios postos para a profissão.

Palavras chave: Terceiro Setor; Atuação Profissional; Fundações.

ABSTRACT

This essay brings short reflections about the work of the social assistant in the space of private organizations with no profit. The study comes in the everyday of a catholic institution that works with kids and teens in a poor neighborhood of Fortaleza-CE. These analysis are necessary to understand a neoliberal context and the challenges that are given to the job.

Keywords: third sector, professional work, foundations.

¹ Assistente Social - Mestre em Serviço Social, Trabalho e Serviço Social UECE.

² Assistente Social – Especialista em Saúde da Pessoa Idosa (UFC); Especialista em Serviço Social, Política Social e Seguridade Social (Faculdade RATIO).

INTRODUÇÃO

O presente estudo parte de reflexões vivenciadas em meio à experiência profissional das autoras no cotidiano institucional de uma organização não governamental, mais precisamente uma Fundação Católica que atua junto ao segmento de crianças e adolescentes e suas famílias.

A proposta é expor reflexões sobre a herança histórica dessa intervenção profissional, mas, também contemplar suas particularidades atuais destacando os desafios que esse espaço traz para o fazer profissional, não somente em sua dimensão técnico-operativa, mas inclusive sobre a dimensão ético-política.

Acreditamos que tais reflexões são de suma importância para compreendermos os desdobramentos e desafios postos ao exercício profissional bem como apresentar as particularidades de um espaço sócio ocupacional que apresenta características históricas, mas que se resignificam na atualidade e que merecem destaque diante da conjuntura contemporânea.

ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NÃO LUCRATIVAS DO TERCEIRO SETOR³: (RE) SIGNIFICAÇÕES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS

Refletir brevemente sobre a atuação profissional do assistente social em “organizações privadas não lucrativas.” (ALENCAR, 2009, p. 456) ou mesmo em “fundações empresariais.” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 429), provoca-nos a pensar necessariamente no processo de construção sócio histórica e cultural da profissão, sobretudo em solos brasileiros, considerando suas particularidades e o caminho percorrido.

As entidades e fundações filantrópicas apresentam um solo histórico inegável que também permeou a formação profissional em suas bases históricas, contudo é na conjuntura da década de 1990 que se apresentam redefinidas pela cartilha do chamado terceiro setor, no dizer de Duarte (2010, p. 3): “o terceiro setor e as suas organizações, assumindo a responsabilidade pelas respostas às manifestações da questão social, em detrimento do Estado.”

Em seus estudos sobre ações coletivas civis, Gohn (2010) compartilha a tese de que nas últimas três décadas “a emergência dos movimentos sociais e populares, na sociedade brasileira dos

³ Dita por Montañó como uma “conceituação corriqueira” são organizações e/ou ações da “sociedade civil” (não estatais e não mercantis) (2008, p. 182).

anos 1970 e 1980, possibilitou a entrada de novos atores em cena e criou novos sujeitos coletivos. (GONH, 2010, p, 13)”. Esses novos, mas históricos atores configuram o chamado terceiro setor, denominado pela mesma autora como “setor contraditório”.

Na lógica das ideias neoliberais, o terceiro setor é mecanismo e uma característica utilizada no processo de reestruturação do capital, na leitura de Montañó (2008), um setor que é funcional ao capital, ou seja, o sentido que ocupa no processo histórico, das condições determinantes e sobre ser meio, instrumento para concretização de objetivos.

São entes heterogêneos que representam diversos atores sociais, empresas, Igrejas, Fundações e que atuam sob as mais diversas demandas e representam os mais diversos segmentos sociais: crianças, adolescentes, idosos, deficientes dentre outros. “Envolve um número significativo de organizações e instituições, organizações não governamentais (ONGs), sem fins lucrativos (OSFL), instituições filantrópicas, empresas “cidadãs”, entre outras, e sujeitos individuais – voluntários ou não.” (MONTAÑO, 2008, p. 15).

No Brasil em particular, consideramos que o projeto neoliberal encontrou um solo fértil para materialização de seu projeto e encontrou uma sociedade civil disposta a participar o que ampliou sua inserção no espaço público pós-período de redemocratização, redefinindo os sentidos de ações coletivas majoritárias presente no período ditatorial e mobilizando outros atores como empresas e partidos políticos que estavam engajados em ações destinadas aos diversos segmentos etários em situação de pobreza e violação de direitos como crianças e adolescentes. Conforme Leal Ivo (2002) diz:

As ações sociais passam a ser comandadas por um conjunto de associações e organismos não governamentais (ONGs) agrupados genericamente no terceiro setor indicando que a política não é mais privilégio exclusivo da esfera governamental do poder público, mas é, também, co-responsabilidade dos agentes da sociedade civil. (IVO, 2002, p.72)

Dessa forma, ressalta-se que estes agentes da sociedade civil desenvolvem ações nas mais distintas áreas e com diferentes segmentos populacionais, apresentando características e projetos “missionários” heterogêneos, pactuados na relação com o Estado por meio da execução das políticas sociais. Para Boschetti (2010, p. 110) os ditames neoliberais ressuscitaram “antigas formas de ajuda mútua, baseados numa controvertida solidariedade guiada por uma nova “divisão do bem-estar” em que o Estado perderia o protagonismo”.

É de frente para o cenário contemporâneo que as tradicionais ações beneficentes e filantrópicas das entidades junto ao social se reconfiguram, sobretudo no que concerne à sua histórica relação com o Estado. Isso porque em tempos de mundialização do capital e conseqüentemente

agudização das expressões da questão social, as entidades da Igreja também são (re) convidadas a pactuar um compromisso de combate à pobreza sob a égide do neoliberalismo, o que significa dizer que são chamadas a gerir e executar o social, algo denominado por Ivo (2003, p. 9) como formas de “refilantropia da pobreza”.

À medida que esse cenário reconfigura-se e redefine-se, há rebatimentos em nosso exercício profissional, requisitando-nos fortemente a construção de estratégias, pois dentre tantos desafios que se apresentam temos um horizonte com possibilidades de reinventarmos-nos dialeticamente ou reafirmarmos a situação vigente uma vez que:

Em suma, a supervalorização do chamado “terceiro setor” tem de fato levado à hegemonia das tecnologias das tendências de despolitização da “questão social”, remetendo o seu enfrentamento ao âmbito privado, à sociedade civil, identificada pelo conjunto de organizações privadas, muitas vezes heterogêneas e díspares quanto à sua natureza e âmbito de atuação. Neste contexto, observa-se um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora transmutados em “direito moral”, sob os princípios abstratos da “ajuda mútua” e “solidariedade”. (ALENCAR, 2009, p. 456).

ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA FUNDAÇÃO CATÓLICA⁴: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DESSA EXPERIÊNCIA

Esses breves elementos expostos tratam de compreender que “a implantação do Serviço Social [...] surge da iniciativa particular, por intermédio da Igreja Católica.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 127), aqui remontamo-nos ao período da década de 1920. Mas hoje, como podemos refletir criticamente sobre espaços socio-ocupacionais das organizações privadas não lucrativas ou até mesmo das fundações?

Contrariando o discurso da dissonância entre teoria e prática, constata-se que a partir da experiência profissional pontuamos a presença dos seguintes aspectos e elementos: a perspectiva filantrópica de ajuda e a dimensão da caridade, que em muitos momentos dificulta o estabelecimento do paradigma dos direitos sociais, além da dimensão de processos técnicos e administrativos próprios da Filantropia Empresarial como: “[...] gestão, planejamento estratégico, administração financeira, marketing e captação de recursos.” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 430), conjugando recursos públicos e espaços privados que requisitam uma problematização aprofundada, ainda que tenhamos estudos e análises consistentes, todavia as possibilidades de investigação e intervenção não se esgotam.

⁴ A denominação da Fundação será preservada porque o trabalho reflete apenas pontuações das vivências das profissionais, e não apresenta um estudo mais aprofundado que permita a autorização dos sujeitos da entidade. Mas pontuamos que a mesma faz parte de um carisma Católico, sua origem ancora-se no anseio de sua fundadora por ajudar através de educação complementar crianças e adolescentes que residem na periferia de um Bairro de Fortaleza/CE. Recebe apoio financeiro das empresas da fundadora, via COMDICA.

Percebemos também que existe uma relação intrínseca e imbricada, não necessariamente com a Igreja Católica, mas com valores religiosos de caráter moralizante e que ditam ações e atividades desenvolvidas com o segmento de crianças, adolescentes e suas famílias, práticas que desafiam o assistente social em sua postura crítico-reflexiva e ético-política, pois como bem pontua Guerra (2005), o serviço social: “[...] consolida a sua natureza e articula as dimensões instrumental, técnica, política, pedagógica e intelectual da intervenção profissional [...]”. (GUERRA, 2005, p. 18).

Inquieta-nos ainda a relação público/privado na sua clareza, melhor dizendo na sua falta de clareza, frente às demandas postas, já que a Fundação é parte e expressão de um contexto macro e de uma configuração do próprio Estado que, em sua característica de árbitro no modelo neoliberal, repassa a gestão e execução do chamado “social” à rede beneficente.

Outro desafio é a fragilidade da articulação com a rede socioassistencial do território, ou seja, as relações interinstitucionais e intersetoriais só ocorrem de forma rotinizada, quando existe demanda para encaminhamento, algo para além disso, como o reforço ao processo de participação política e organizativa, é algo ainda desafiador. Embora a gestão reconheça a importância dos demais equipamentos sociais do território, sobretudo equipamentos da rede beneficente como outras entidades filantrópicas, há uma baixa articulação até entre as mesmas, ao contrário, percebemos uma certa rivalidade velada, no qual há disputa por públicos-alvo.

É fácil perceber que as ações de fato se tornam fragmentadas, se perdem ao longo do tempo, e por atender um público de crianças e adolescentes com faixa etária entre 4 e 13 anos de idade, não há, após a saída dessas crianças, uma continuidade das ações. A proposta do trabalho se intensifica em demasia sobre as crianças e adolescentes, perdendo por vezes o foco no trabalho social com as famílias e o acompanhamento social das mesmas.

Assim, percebendo essa realidade, um dos poucos avanços obtidos foi à proposta de ofertar as ações ao segmento de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, ou seja, particularizamos como critério de acesso às ações, já que antes não havia um perfil de público totalmente definido pela instituição. Entendemos então que ao definir esses critérios de acesso poderíamos desenvolver e potencializar via planejamento, um trabalho social com essas famílias, trabalhando temáticas que envolvessem seus cotidianos de vida, com ações educativas, preventivas e de orientações acerca dos direitos.

No tocante as condições de trabalho, percebemos por meio dos instrumentais de que a instituição apresenta desde sua fundação uma elevada rotatividade de assistentes sociais, isso porque o orçamento e a receita da instituição não são suficientes para custear profissionais que permaneçam por mais horas de trabalho semanalmente. Isso reflete diretamente na atuação profissional, já que o

profissional não qualifica este fazer e se limita apenas as demandas espontâneas que surgem no cotidiano, fragilizando outras dimensões como o planejamento, a própria execução do trabalho social com as famílias ou mesmo na articulação com outros profissionais de outros equipamentos setoriais do território.

São estes limites institucionais e de trabalho que adentram na vivência da atuação profissional em um espaço contraditório com as ditas ONGs, Fundações etc. Elas são expressões dessa rede beneficente que é histórica, mas também atual, que se propõe a executar serviços e ações que deviam ser de primazia do estado, mas que em contrapartida são vulneráveis em suas ações, servindo apenas com o discurso da Filantropia Empresarial que tem como fim o abatimento dos impostos de quem às “ajuda”.

Enquanto profissionais temos como fundamento o projeto ético político⁵, e devemos estar atentos para compreender e refletir sobre a função dessas instituições e o porquê que historicamente elas nos convocam para suas ações, sobretudo na contemporaneidade. Agindo de forma reflexiva e suspendendo esse cotidiano desafiante que está posto não perderemos de vista nosso agir crítico-político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do nosso exercício profissional, nossa atuação, estabelece-se nesse cotidiano, “[...] o fazemos de modo inclusivo com todas estas pessoas, sejam elas crianças, adultos, anciãos, o morador de rua, pois não há ser humano sem história, assim como não há identidade sem escuta.” (MARTINELLI, 2006, p. 3). Sabendo que a profissão define-se por seu significado sócio-histórico, tenhamos clareza dos nossos compromissos, ancorando-se, sobretudo na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética Profissional e nas Diretrizes Curriculares, mas não nos esqueçamos nem nos limitemos, pois nos alimentamos do pensamento de Netto quando expressa

Que os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional. (NETTO, 2009, p. 8).

Portanto, materializar esse projeto ético em meio a espaços de atuação que são históricos e que ainda trazem ranços do tradicionalismo é um desafio cotidiano, mas entendendo a profissão e estes

⁵ “O projeto ético-político não é uma abstração, nem um ente que se instituiu entre nós. É uma construção coletiva, de natureza histórica, portanto sempre sujeito a transformações.” (MARTINELLI, 2006, p. 8).

espaços como contraditórios podemos fazer as mediações necessárias para que as possibilidades e avanços sejam alcançados, sobretudo na garantia e materialização dos direitos sociais no cotidiano das populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 450- 456.

AMARAL, Angela S., CESAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas fundações empresariais** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 430-445.

BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, Elaine Rossetti. SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DUARTE, Afrânina Hemanuely Castanho. Princípios éticos e a atuação profissional do assistente social na área da saúde. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 131 – 147. Jul/dez. 2010.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 66 - 76, jan./jun. 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Ações coletivas civis na atualidade**: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. IN: Ciências Sociais Unisinos. Jan. 2010.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Os espaços sócioocupacionais do assistente social** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. - Brasília, 2009.

_____. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IVO Anete Brito Leal. **Dossiê Estado em transformação.** Salvador: Caderno CRH/UFBA, 2002.

_____. **As novas políticas sociais de combate á pobreza na América Latina:** dilemas e paradoxos. Salvador: Caderno CRH/UFBA, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social:** identidade e alienação. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Reflexões sobre o serviço social e o projeto ético-político profissional.** Palestra promovida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, em 10/11/2005. Transcrição de Jussara Ayres Bourguignon, em março de 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** critica ao padrão emergente de intervenção social. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA; BRAVO; UCHOA et al. **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006.